



Revista Eletrônica de Filosofia
Philosophy Eletronic Journal
ISSN 1809-8428

São Paulo: Centro de Estudos de Pragmatismo
Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Disponível em <http://www.pucsp.br/pragmatismo>

Vol. 17, nº. 2, julho-dezembro, 2020, p.234-249
DOI: 10.23925/1809-8428.2020v17i2p234-249

PROPOSIÇÕES PARA UMA SEMIÓTICA DA ARQUITETURA EMBASADA EM UMA SIGNIFICAÇÃO PRAGMÁTICA DOS SEUS CONCEITOS

Eluiza Bortolotto Ghizzi

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campo Grande – MS – Brasil
eluizabortolotto.ghizzi@gmail.com

Resumo: Este artigo propõe pensar a arquitetura no âmbito da linguagem e da revisão crítica dos conceitos e hábitos de conduta com base nos quais se dá a experiência dos arquitetos, o que deverá se valer do diálogo entre as instâncias da ideação e da prática, do projeto e da edificação, do uso programado e do efetivamente praticado. Considera-se que os conceitos que orientam a prática do projeto e demais experiências com a arquitetura equivalem a hábitos de conduta, alguns dos quais motivam nossas ações de modo aparentemente natural, embora determinados historicamente; e que, como tais, são passíveis de crítica e devem ser continuamente revistos e ajustados à nossa experiência com a linguagem. Para isso, deve-se aceitar o convite da experiência para colaborar com processo de revisão das ideias na arquitetura e influenciar sua dinâmica. Este é um passo que exige deliberadamente assumir um ideal crítico, dispendo-se ao diálogo com os signos e respeitando sua alteridade. O artigo aborda inicialmente o Idealismo Objetivo que, na filosofia peirciana, nos habilita falar da conaturalidade eidética entre pensamento e ação; em seguida, introduz o critério de significação pragmática dos conceitos e, por fim, desenvolve considerações sobre a semiótica e o processo de revisão crítica das ideias.

Palavras-chave: Arquitetura e linguagem. Semiótica. Pragmatismo. Charles. S. Peirce.

PROPOSITIONS FOR A SEMIOTICS OF ARCHITECTURE BASED ON A PRAGMATIC MEANING OF ITS CONCEPTS

Abstract: *This article proposes to think about architecture in the context of language and the critical review of the concepts and habits of conduct based on which the experience of architects occurs, which should use the dialogue between the instances of ideation and practice, design and construction, use programmed and actually practiced. It is considered that the concepts that guide the practice of the project and other experiences with architecture are equivalent to habits of conduct, some of which motivate our actions in an apparently natural way, although historically determined; and that, as such, they are subject to criticism and must be continually reviewed and adjusted to our experience with language. For this, one must accept the invitation of the experience to collaborate with the process of reviewing ideas in architecture and influencing its dynamics. This is a step that requires deliberately assuming a critical ideal, willing to dialogue with the signs and respecting their otherness. The article initially addresses Objective Idealism, which, in Peircean philosophy, enables us to speak of the eidetic connaturality between thought and action; then, it introduces the criterion of pragmatic meaning of the concepts and, finally, develops considerations about semiotics and the process of critical review of ideas.*

Keywords: *Architecture and language. Semiotics. Pragmatism. Charles. S. Peirce.*

* * *

Introdução

A abordagem que fazemos do pragmatismo e da semiótica peirciana, neste artigo, propõe refletir acerca de como podemos, enquanto arquitetos, ver a arquitetura de uma perspectiva aberta, não dualista, de modo a distinguir, sem criar oposição, entre ideação e construção, projeto e uso. Parafraseando Montaner (2017, p. 132), “sem separar um objeto ou criação de suas implicações e consequências para o contexto ou conduta da vida”. A visão aberta vai parcialmente ao encontro das proposições desse autor, quando ele se recusa a ver a arquitetura como limitada aos conceitos de “disciplina, identidade ou autonomia” (MONTANER, 2017, p. 15), que considera equívocos similares à sua consideração anterior como estilo.

Cita-se, ainda, que Montaner (2017) propõe que “a arquitetura e o urbanismo não são disciplinas nem ciências: são conhecimentos técnicos e saberes instrumentais em constante transformação”. Concordamos, neste ponto, naquilo que entendemos ser a sua proposição mais geral, qual seja, a de não engessar a arquitetura, defendendo uma abordagem não simplista, que permita pensar suas complexidades. Porém, embora reconhecendo que a época em que vivemos exige cada vez mais pensar nessa complexidade, não vemos necessidade de justificar essa postura não simplista apenas por estarmos lidando com uma “arquitetura contemporânea” ou com a “complexidade contemporânea” (MONTANER, 2017, p. 15). Nossa abordagem neste texto tem um sentido geral para a linguagem, na medida em que propõe pensar a dinâmica da arquitetura de um ponto de vista que é, em certa medida, atemporal. Ao mesmo tempo, sem sermos contraditórios, alertamos para a necessidade, dentro dessa lógica, de se orientar a conduta no âmbito da arquitetura sempre tendo em consideração uma consciência histórica dos processos de transformação que são internos a qualquer linguagem.

Adicionalmente, embora possamos concordar com Montaner (2017) que a arquitetura não é uma ciência, propomos ver como podemos adotar na nossa prática de arquitetos um pensamento que também não é meramente técnico ou instrumental, mas, “científico”, o que do ponto de vista da filosofia peirciana não implica em contradição, já que pensamento científico tem um sentido mais geral do que ciência. Científico é todo pensamento, ou mente, que efetivamente aprende com a experiência; e é para o diálogo sêmico com a experiência que a semiótica nos prepara. Assim, envolver-se nele é o que nos permitirá não apenas observar, mas deliberadamente e criticamente participar da constante transformação da arquitetura.

Para isso recorreremos à relação estreita que a filosofia de Charles S. Peirce (1839-1914) estabelece entre semiótica e pragmatismo. Enquanto a semiótica, ou – como Peirce também a denominou – a lógica, oferece-se como uma ciência da linguagem em geral, que irá se ocupar da constituição e dos caminhos possíveis da significação, “a máxima pragmática é um critério de significação” (WALL, 2007, p. 46). Tal como alerta Cornelis de Wall (2007, p 46), Peirce não a concebeu como um critério de verdade, como às vezes foi entendido, embora ela possa “e até mesmo [...] [deva] ser aplicada à noção existente de verdade”, diga-se, àqueles conceitos que tomamos como nossas verdades no âmbito das nossas linguagens. É a esses

que se refere Montaner (2017, p. 16), a título de exemplo, quando elenca uma série deles como carentes de revisão na arquitetura: “forma, estrutura, sistema, geometria, diagrama, experiência ou ação”.

O que a aliança entre semiótica e pragmatismo nos orienta fazer é não adotar tais conceitos como se eles fossem naturais e imutáveis, mas como significados que, embora tenham atingido certa estabilidade, são ainda passíveis de revisão. Parafraseando Colapietro (2004, p. 18-19), quando sistemas ou partes dos sistemas de signos são vistos por nós como invariantes é porque eles constituíram uma espécie de “transcendência do tempo”, a partir da qual somos levados a pensar em certas coisas como estáveis e precisas. Mas não se pode esquecer que essa “atemporalidade” é apenas “uma realização finita, provisória, e em perspectiva; [...] [em verdade,] não há transcendência de tempo, apenas a neutralização de certos aspectos do fluxo temporal”. Sua natureza provisória se comprova quando essas formas que nos aparecem como “temporalmente invariáveis”, formalmente identificadas como estruturas estáveis, mesmo em meio à rede de semioses virtualmente infinitas na qual estamos todos inseridos, são criticadas e sua instabilidade latente se manifesta.

A seguir desenvolvemos essa abordagem semiótico-pragmatista da arquitetura, iniciando por uma exposição do Idealismo Objetivo, como base para pensarmos o diálogo entre o mundo das ideias e o das coisas; em seguida, passamos pelo pragmatismo, enfatizando-o como um critério de significação, o que nos prepara para fazer algumas proposições gerais sobre uma semiótica da arquitetura ancorada na consciência sobre o significado pragmático dos conceitos que orientam, tanto a prática de projeto quanto os usos que se faz dos edifícios.

Idealismo objetivo e linguagem: a conaturalidade eidética entre os conceitos, projetos, edificações e usos

A filosofia de Peirce, nas palavras de Ibri (2011), combina um idealismo com um realismo¹, naquilo que Peirce denominou Idealismo Objetivo, com base no que ele propôs uma visão de mundo na qual mente tem um significado mais amplo do que aquele que usualmente damos quando nos referimos à nossa mente humana. As dimensões da mente na filosofia peirciana ultrapassam o âmbito do indivíduo (subjetivo) e, mesmo, o do social (ideias socialmente convencionadas), alcançando o domínio do metafísico (realidade). Na hipótese peirciana de uma mente ontológica, de natureza objetiva, esta é ainda concebida como originária², ou seja, como tendo precedência sobre todas as outras formas de mente do Universo. Assim, não apenas a nossa mente subjetiva deve ser pensada como descendendo dessa mente universal, mas também todas as formas mentais que desenvolvemos, construídas coletivamente, nas sociedades e culturas, incluindo as nossas linguagens.

De base evolucionista, essa filosofia não concebe uma realidade rigidamente definida, mas pensada como algo dinâmico, a partir da ideia de plasticidade dessa mente universal, que se supõe evoluir a partir de três princípios ativos – Acaso,

¹ Conforme Ibri (2011, p. 211), idealismo e realismo podem ser considerados “doutrinas que se colocam antagônicas e mutuamente excludentes segundo leituras que não retornam às raízes historicamente genuínas da querela dos universais e tampouco refletem sobre idealismos de teor objetivo”

² Ver acerca da cosmologia peirciana em Ibri (2015).

Existência e Lei –, que são coatuantes no Universo e responsáveis pelos seus processos de transformação. Toda mudança decorre da dinâmica entre acaso e lei, que mutuamente confluem para o mundo existencial tal qual o conhecemos. As leis atuam como uma regra ou fórmula que age sobre a existência e garante a homogeneidade no modo de ser daquelas coisas que estão sob o comando de uma mesma lei; esse é o estatuto da rotação da Terra e dos planetas, da alternância de dias e noites, da lei da gravidade, da relação entre vida e água. O acaso é a ausência de qualquer regra ou fórmula e seu modo de agir sobre a existência é dotando-a de diversidade; por intervenção dele, mesmo aquelas coisas que existem pela determinação da lei não podem ser absolutamente definidas e idênticas entre si. Cabe registrar que, enquanto acaso e lei são concebidos como o lado interno desse mundo (mundo *internamente*), dotados cada um deles de um modo de ser geral e da potencialidade de um vir a ser, a existência é seu lado externo (mundo *externamente*), aquilo que se concretiza, se materializa e que, embora esteja sob influência da lei e do acaso, tem alteridade em relação a eles, sendo também capaz de influenciar a dinâmica desse mundo, que se caracteriza pelo binômio generalidade-alteridade (IBRI, 2015).

Uma consequência da hipótese peirciana é que a “nossa mente” humana teria sido geneticamente fundada na realidade eidética última, e simetricamente internalizado modos de ser dessa mente universal. E, embora a mente cósmica tenha precedência sobre a mente humana, essa conaturalidade eidética autorizaria pensar que uma poderia ajudar a compreender a outra. Assim, de um lado, se supõe que o que quer que se saiba sobre o comportamento dinâmico do Universo poderá nos ajudar a compreender a dinâmica da nossa própria mente; de outro, que também o conhecimento da nossa mente humana pode ajudar a compreender a realidade eidética última. E essa colaboração mútua teria ocorrido, de fato, no âmbito da própria filosofia peirciana que, de um lado, é influenciada pelos estudos de diferentes áreas acerca do que é a realidade, como a física, a química e a biologia, sem esquecer aqui que Peirce foi formado originalmente nas ciências exatas e fez a elas importantes contribuições (WAAL, 2007, p. 26)³; de outro, como reconhece o próprio Peirce (*NEM*, p. 141 apud IBRI, 2015, p. 129), é na mente humana que ele aprende sobre o modo de ser das leis do universo, que ele toma como análogas aos nossos hábitos, entendidos como regras de conduta:

Podemos unicamente aprender isto estudando estas coisas onde as vemos em formação na mente humana. Ao fazê-lo, não estou muito receoso de especializar demais e de assumir que o universo tem caracteres que pertencem apenas ao protoplasma nervoso em um complicado organismo. Pois, devemos lembrar que o organismo não fez a mente, mas apenas a ela se adaptou. Adaptou-se por um processo evolucionário tal que não está longe de ser correto considerar que a mente é que constitui o organismo.

³ Conforme Waal (2007, p. 26), “Longe de ser um cientista de gabinete, Peirce fez importantes contribuições à gravimetria, à geodésia, à astrofísica e à espectroscopia. Por causa desse pano de fundo científico, a maneira de Peirce bordar a filosofia, e em particular o pragmatismo, foi, antes de tudo, a de um cientista em atividade.”

Foi também a partir do estudo da experiência fenomênica da mente humana que Peirce generalizou as categorias da experiência em geral. A fenomenologia peirciana⁴, ciência que estuda o modo como os fenômenos estão presentes na mente, categoriza três formas universais de toda experiência – primeiridade, segundidade e terceiridade – harmônicas com os três princípios metafísicos. A absoluta liberdade da experiência de primeiridade fenomenológica, que abrange a infinita profusão de qualidades de sentimento que têm lugar na nossa interioridade, equivale à indeterminação do Acaso ontológico. A segundidade fenomenológica, caracterizada pela nossa experiência de alteridade, de confronto entre o nosso mundo interno e tudo o que é externo, equivale no âmbito metafísico à determinação da existência em relação à potência do acaso e da lei. E a terceiridade fenomenológica, que equivale à nossa experiência de síntese, de construir mediações, de relacionar os fatos da existência por meio de ideias gerais, internaliza a generalidade, análoga àquela que está presente nas leis atuantes na natureza.

Em um sentido amplo, a própria arquitetura filosófica de Peirce internalizou essa simetria⁵, que transparece para além das analogias entre as categorias da metafísica (acaso, existência e lei) e as da fenomenologia (primeiridade, segundidade e terceiridade), alcançando as ciências normativas (estética, ética e lógica). Na lógica, ou semiótica, também, essa simetria é encontrada nas suas muitas tríades, desde a noção mais básica dessa semiótica, a de signo triádico, desdobrando-se pelas formas por meio das quais se pensa as mediações e a produção de significado no âmbito da linguagem em geral e, por extensão, das nossas linguagens humanas. Entre estas estão compreendidas não apenas a fala e a escrita, mas as linguagens artísticas, a arquitetônica e muitas outras⁶.

Ver a arquitetura sob a perspectiva da linguagem e segundo esse olhar proposto pela filosofia peirciana equivale a considerar não apenas o conjunto de ideias que a define, os conceitos e os valores estéticos, mas compreender sua dimensão na ação, que eles influenciam a prática do projeto, as envolvidas na edificação e, para além disso, os usos que efetivamente se faz dos espaços construídos. Um conceito tem esse poder por meio dos hábitos de conduta que ele gera; e projeto, edificação e uso na arquitetura são seu campo de influência. Cada um a seu modo, todos são conaturais (de natureza eidética) e contínuos entre si: os conceitos e os sentimentos dos arquitetos, assim como os dos usuários, respondem pelo lado interno da linguagem, geral e potencial; os projetos, os edifícios e a experiência factual de uso se manifestam como o seu lado externo, são mente materializada, tornada ato. A linguagem evolui por meio de um tipo de diálogo que não se limita ao campo das ideias gerais e abstratas, mas se estabelece entre interioridade e exterioridade, generalidade e alteridade, pensamento e ação, um diálogo que aposta na sua conaturalidade (não dualista), semioticidade, comunicabilidade e colaboração mútua.

⁴ A fenomenologia peirciana é estudada por Ibri (2015, cap. 1).

⁵ Ibri (2009) se refere a ela como “simetria das categorias”.

⁶ É amplamente conhecido entre os estudiosos de Peirce que ele não desenvolveu uma semiótica de linguagens especiais, mas uma semiótica geral, da linguagem em geral. A partir desta, há estudos que consideram tanto seus desenvolvimento gerais quanto aplicações a campos específicos, como o da arquitetura.

Semiótica e pragmatismo: sobre o significado pragmático dos conceitos

O legado da Semiótica Geral de Peirce, inserida dentro da sua filosofia, estrutura-se de modo a conceber triadicamente a natureza do signo, elemento gerador do fenômeno de mediação – constituído pelo signo ele mesmo, o objeto e o interpretante – e, a partir dessa tríade básica, mapear as formas pelas quais um signo deverá agir (semiose), conforme seja de um tipo ou de outro⁷. A semiose responde pelo processo de interpretação de um signo. Nöth (1995, p. 68) considera que a importância da semiose na mente é tal, que “para definir a semiótica peirciana é preciso dizer que não é bem o signo, mas a semiose que é seu objeto de estudo”; além disso, o próprio Peirce afirma que “semiótica é a doutrina da natureza essencial e variedades fundamentais de semiose possível” (apud NÖTH, 1995, p. 68).

Adentrar a semiótica peirciana é deparar-se com essa variedade de semioses, que vamos descobrindo à medida que nos familiarizamos com as tríades e com as classes de signos. As tríades são descritas a partir dos componentes do signo triádico – signo, objeto e interpretante – e das suas variações⁸; as classes a partir das combinações triádicas entre elementos das tríades⁹. Nos diferentes casos a semiose pode tender mais para o caráter de primeiridade, de secundidade ou de terceiridade dos signos. Essa diversidade contempla desde semioses mais afeitas aos nossos sentimentos e com significados meramente possíveis, até aquelas de cunho cognitivo e significados gerais, baseados em regras e convenções sociais, passando pelas semioses nas quais são nossos esforços e ações que estão em proeminência.

Dentre essas, são aquelas envolvendo o signo de terceiridade genuína¹⁰, ou símbolo, que têm um efeito cognitivo sobre o intérprete. É a partir do símbolo que essa semiótica desenvolve os modos pelos quais o pensamento lógico constrói aquilo que chamamos de raciocínio e, para além disso, pensa sobre como devemos dirigir o pensamento para que ele seja preciso quando envolvido em uma inquirição, por meio da qual podemos efetivamente aprender com a experiência. Símbolos são signos convencionais, que representam por meio de um acordo que pode ser estabelecido em uma sociedade, cultura ou linguagem.

São dessa natureza os conceitos, regras e normas com base nos quais os arquitetos agem e, ainda, podem ser vistos segundo essa mesma natureza súnica os projetos, edificações e, até mesmo, os usos da arquitetura, desde que é neles que os significados desses conceitos são corporificados. Como tais eles são aquilo

⁷ Consultar, a respeito do signo triádico e dos tipos de signos e de semioses, Peirce (1977, p. 45-76).

⁸ Assim, temos a tríade do signo ele mesmo, a da relação com o objeto e a da relação com o interpretante, sendo que as duas últimas envolvem variações, conforme o objeto seja imediato ou dinâmico e conforme o interpretante seja imediato, dinâmico e final. Ver a esse respeito Peirce (1977, p. 45-76).

⁹ Da combinatória das relações triádicas (do signo, do objeto e do interpretante) resultam 68 classes de signos e a possibilidade lógica de 59 049 tipos de (SANTAELLA, 1983. p. 62).

¹⁰ Peirce (1977, p. 63-76) faz uma distinção entre signos genuínos e degenerados, sendo o signo de terceiridade genuína um tipo de “símbolo que tem um significado geral” e cabendo os maiores graus de degeneração ou de indefinição da semiose aos signos icônicos, cujos significados são meras possibilidades lógicas.

que Peirce (1977) chamou de *réplica*¹¹ de um símbolo. O conceito de *réplica* envolve pensar que os símbolos em si mesmos não têm uma existência, são abstrações, contudo, assumem a forma lógica de regras ou um tipo de fórmula que atua na existência, corporificando-se em individuais.

Paralelamente às semioses dos símbolos, aquelas mais ligadas aos nossos sentimentos, representadas na semiótica pelo signo icônico, que é um signo de primeiridade, também agem sobre as nossas ações. Enquanto os símbolos, por meio de suas réplicas, garantem certa homogeneidade entre os conceitos e as ações no fluxo tempo, as semioses icônicas são polissêmicas. O desenvolvimento lógico do raciocínio precisa se apoiar nas ideias gerais (símbolos) para agir com certa previsibilidade, mas a sua renovação depende principalmente das semioses menos definidas, da abertura significativa, do imaginável, do meramente possível (ícones). E é considerando essa grande variedade de semioses possíveis e as suas colaborações mútuas que Peirce persegue o objetivo de pensar sobre como devemos conduzir o nosso pensamento para aprender com a experiência, o que é o grande objeto de estudo da semiótica, a ser perseguido por toda mente científica.

Isso deve nos fazer refletir sobre a semiose da arquitetura, a vida da linguagem, a dinâmica por meio da qual ela flui ao longo do tempo. E, exceto se a concebemos como algo estático, que se estrutura com base em um mesmo sistema de regras sempre, devemos considerar que a arquitetura, como outras linguagens, envolve diferentes tipos de semiose, incluindo aquelas cujos significados não podem ser estritamente previstos, controlados. Podemos pensar essa diversidade de semioses possíveis na arquitetura por diferentes caminhos; aqui, contudo, optamos por tomar as semioses cognitivas como referência e, a partir delas, refletir sobre os rumos pelos quais ela pode tornar-se cada vez mais unívoca ou, por meio da interação entre símbolos e outros signos, especialmente os ícones, submeter-se a uma revisão.

Os símbolos, conforme já tivemos a oportunidade de expor, estão nas teorias de determinada ciência, nos padrões adquiridos culturalmente, conformam nossos hábitos de conduta e, por extensão, manifestam-se nas nossas ações. Assim são, por exemplo, os conceitos que, no âmbito da arquitetura ou de qualquer outra linguagem, são assumidos como verdades. Sugerimos olhar para a história desses signos segundo dois vetores: o que aponta para a experiência passada da qual eles provêm e o que se dirige para o seu futuro. O primeiro irá mostrar a construção e determinação de uma opinião, até sua consolidação atual em algo que vamos chamar de *crença*; o segundo exige considerar as suas implicações futuras. Além disso, sugerimos considerar que eles tanto podem ter se formado cientificamente quanto dogmaticamente. Adotamos a distinção entre científico e dogmático com

¹¹ Em si mesmo, um símbolo é um *legissigno*, ou, tal como escreve Peirce (1977, p. 52), “uma lei que é um *Signo*”. Além disso, na sequência ele escreve “Todo *legissigno* significa através de um caso de sua aplicação, que pode ser denominado *Réplica*”. O conceito de *réplica* é frequente nas definições de símbolo: “Um *Símbolo* é um *Representâmen* cujo caráter representativo consiste exatamente em ser uma regra que determinará seu interpretante. Todas as palavras, frases, livros e outros signos convencionais são símbolos. Falamos em escrever ou pronunciar a palavra ‘man’, (homem) mas isso é apenas uma *réplica*, ou corporificação da palavra, que é pronunciada ou escrita. A palavra, em si mesma, não tem existência embora tenha um ser real que *consiste no* fato de que os existentes se *deverão* conformar a ela.” (PEIRCE, 1977, p. 71).

base no ensaio *A fixação da crença*, de Peirce (2008), e na abordagem que Ibrí (2009) faz dele, classificando:

[...] três dos quatro tipos de crenças como *dogmáticas*, a saber, tenacidade, autoridade e *a priori*, ressaltando-se que o quarto tipo, denominado pelo autor de *científico*, seria o único que mantém vivo um diálogo semiótico fundado na experiência de alteridade.

Se tomarmos o conceito de digrama na arquitetura, por exemplo, parece ser correto supor que as ideias que foram se estabelecendo ao longo da história, desde ao menos o Renascimento, quando essa história exige recorrer ao conceito de desenho, e as que se seguiram ao longo dos séculos, ao menos parte delas, desenvolveram-se sob a influência de uma variedade de situações (mudanças culturais, de técnica, tecnologia etc.), nas quais aprendemos com a experiência, sendo o conceito hoje uma síntese desse aprendizado, o que nos autorizaria dizer, em termos peircianos, que ele foi formado cientificamente.

Outros conceitos, porém, podem ter resultado de um processo não científico, mas dogmático, o que significaria dizer que eles persistiram – e, talvez, persistam ainda – alheios à história, aos eventos, às mudanças; fiéis apenas a si mesmos. Pode-se supor, ainda, que algumas ideias, embora possam ter crescido sob influência da nossa mente científica até determinado momento da história, passaram a agir dogmaticamente. Esse parece ser o caso do funcionalismo e do racionalismo como vertentes em torno das quais se concentraram e foram simplificadas as ideias que propunham repensar a arquitetura sob a denominação de arquitetura moderna, no início do século XX; em alguns casos, no qual a forma se estabelece de modo já bastante afastado da sua correlata função, essa simplificação resultou em mero formalismo.

Quando isso acontece, em determinado momento da história, podemos dizer que a semiose do conceito deixou de ter o estatuto de uma ideia construída com base em um pensamento crítico e passou a ser adotada independente de qualquer crítica. Não devemos desconsiderar que esse é um risco que corremos em relação a qualquer conceito, pois nossa mente tende a se acomodar em determinados hábitos, como mostra a história dos estilos. De outro lado, a história mostrou que a fertilidade das ideias cultivadas no início do século XX não foi apagada por esse processo, tendo emergido a partir de meados do século um pensamento que não pode ser dissociado da sua história recente, frequentemente crítico em relação ao passado, recusando a ênfase na abstração e fundando essa crítica em uma nova realidade¹².

Não nos parece equivocado dizer que muitas dessas revisões bem poderiam ser consideradas coerentes com a noção de significado pragmático, que Peirce desenvolve como parte da sua teoria da significação, no artigo intitulado *Como tornar nossas ideias claras*. Nesse texto Peirce (2008 p. 59-87) desenvolve a significação segundo três graus de clareza, dos quais os dois primeiros, como relata Wall (2007, p. 40), levam a:

¹² O texto *Uma nova agenda para a arquitetura*, organizado por Kate Nesbit (2006), é um exemplo da fertilidade de ideias que se desenvolveu na segunda metade do século XX.

[...] definições [...] que são feitas inteiramente em abstrato. Conseqüentemente, não fornecem quaisquer linhas diretivas sobre como determinar se um objeto que encontramos de fato cai sob elas; para começar, nem mesmo revelam se são aplicáveis a alguma coisa.

Ao avançar para o terceiro grau de clareza Peirce (2008, p. 73) elabora a sua máxima pragmática: “Considere-se quais efeitos que concebivelmente teriam atuações práticas, os quais imaginamos que o objeto de nossa concepção possua. Então a nossa concepção desses efeitos é o conjunto de nossa concepção do objeto”. A máxima clareza na apreensão do significado de um conceito, para Peirce, não pode estar limitada a critérios da lógica puramente internos à mente; deve envolver o diálogo com a experiência. Conforme constata Ibri (2014, p. 173-174, grifos nossos):

De sua vez, o Pragmatismo peirciano não se apresenta exclusivamente como regra **lógica** para discernimento do significado dos conceitos mas, também, como uma relação necessária entre o geral e o particular [...]. A ausência dessa dimensão **ontológica** do Pragmatismo, que, em outras palavras, assume que a interioridade indeterminada da potência deve, sob pena de *nada ser*, exteriorizar-se no ato, dando-se, assim, a conhecer, compromete a interpretação da doutrina, fazendo com que ela pareça uma regra *a priori*, verdadeira e absoluta, desarmonizando-se com o falibilismo.

Um tal significado pragmático deverá envolver necessariamente a relação entre conceitos e o mundo na sua alteridade, conceitos balizados por esse mundo. No caso das ideias que emergiram no campo da arquitetura na segunda metade do século XX, podemos considerar com tendo significado pragmático aquelas que, de fato, buscaram harmonizar-se com a experiência ou, em outros termos, a nova realidade. É essa harmonização trazida da experiência que autoriza o conceito, no sentido pragmático do termo, a fazer previsões sobre seus efeitos experienciáveis.

Nas palavras do próprio Peirce (1977, p. 284) em um trecho em que define o pragmatismo, ele escreve: “[...] uma concepção, o teor racional de uma palavra ou outra expressão reside, exclusivamente, em sua concebível influência sobre a conduta da vida [...]”. O caráter preditivo desses efeitos concebíveis, não nos fornece certeza absoluta, mas, ao reconhecer a relação entre significado e a conduta futura daquilo que é abarcado pelo conceito, o significado pragmático irá nos preparar para algo que ainda está por vir, quer para reconhecer a validade do conceito, quer para apontar a sua falibilidade¹³ ou insuficiência diante do caráter dinâmico e não totalmente previsível do mundo e das linguagens.

Sobre a revisão crítica dos conceitos

Compreender o que é chamado na filosofia peirciana de mente científica requer essa compreensão da dimensão pragmática e falível dos conceitos. Quando

¹³ Cabe lembrar aqui a doutrina peirciana do falibilismo, que é abordada por Ibri (2015, p 84-8).

Peirce desenvolveu suas ideias sobre semiótica ele estava pensando em todo homem e toda mente capaz de aprender com a experiência. Com isso ele propôs considerar que, assim como os cientistas nas suas práticas laboratoriais, todos nós, no dia a dia de nossas vidas, experimentamos essa mente científica na medida em que aprendemos com a nossa experiência, de modo que se pode dizer que a vida é o nosso laboratório.

A vida das linguagens, também, especialmente daquelas que têm que entrar em diálogo com a alteridade própria de toda existência – como é o caso da arquitetura que, desde o projeto, precisa lidar com uma variedade de condicionantes, como as geográficas, materiais, sociais e culturais, e que continua lidando com essas e outras mesmo após efetivamente se materializar na edificação –, pode ser tomada, de modo análogo, como um laboratório, no qual a relação entre conceitos e ações pode e, nos casos de maior complexidade, deve ser criticada, a fim de que sejamos orientados por crenças científicas e por uma contínua revisão crítica dessas mesmas crenças, evitando assim regras de conduta “simplistas e obsoletas” (MONTANER, 2017, p. 15).

De acordo com Peirce (1977, p. 25) e o seu pragmatismo, as ideias gerais têm uma dimensão futura que age sobre o presente por meio da sua inerente intencionalidade. Seu ser *in futuro* “aparece em formas mentais, intenções e expectativas”. Tais intenções e expectativas estão na base de qualquer crítica, desde que não abduquemos de ver nas coisas o que elas são de fato e não meramente aquilo que esperávamos que fossem, evitando assim nos fixamos de tal modo em uma ideia a ponto de já não colocá-la sob dúvida.

Parafraseando Paul Valéry (1998, p. 29). “[...] qualquer que seja ele, um pensamento que se fixa [...] torna-se na linguagem lógica, um ídolo; no domínio da construção poética e da arte, uma infrutífera monotonia [...]”. Se, de um lado, a estabilidade que a crença nos propicia tende a ser altamente reconfortante e, mesmo, necessária em alguma medida justamente por nos permitir certa previsibilidade, de outro, o risco que poderá nos assolar é o de sermos influenciados por elas mais do que seria apropriado para impedir que a nossa relação com o mundo seja dominada por uma perfeita ilusão da linguagem. Acerca desse risco é ilustrativa a seguinte passagem de Valéry (1998, p. 33 e 35):

A maioria das pessoas vê aí com muito mais frequência com o intelecto do que com os olhos. Em vez de espaços coloridos, tomam conhecimento de conceitos. Uma forma cúbica, esbranquiçada, mostrada em altura e vazada por reflexos de vidros é imediatamente uma casa, para eles: a Casa! Ideia complexa, harmonização de qualidades abstratas. Se se deslocam, o movimento das feiras de janelas, a translação das superfícies que desfigura continuamente as suas sensações escapam-lhes – isso porque o conceito não muda. Percebem antes de conformidade com um léxico do que de acordo com suas retinas, aproximam tão mal os objetos, conhecem de maneira tão vaga os prazeres e os sofrimentos de ver que inventam os belos lugares. Ignoram o resto. Mas aí deleitam-se com um conceito que pulula de palavras. (Uma regra geral da fraqueza que existe em todos os domínios do conhecimento é justamente a escolha de lugares evidentes, o repouso em sistemas definidos, que facilitam, colocam ao alcance... [...]).

A consciência dessa espécie de entorpecimento deve ser sempre presente no investigador semiótico, que deverá ativar sua percepção em relação àquilo que está à sua volta. Principalmente, esse investigador deve ser consciente daquilo que Colapietro (2004) detecta como um dos interesses da filosofia peirciana, a “autoconsciência histórica”; a noção de que mesmo as nossas mais indiscutíveis significações têm uma dimensão histórica, deriva de processos temporais de significação; e se de um lado permitiram generalizar corretamente a experiência vivida, de outro poderá lhes escapar a variedade e diversidade com que essa mesma experiência se apresenta a todo tempo e, eventualmente, de modo desviante em relação àquela generalidade, exigindo posicionamento crítico.

Enquanto estáveis, essas significações são aquilo que nós “seguimos”. O termo “seguir” tem aqui um duplo sentido (FERREIRA, 1992, p. 1562), (1) de “ser dirigido por” ou “vir depois de” algo já estabelecido no passado ou de (2) “ir atrás de” algo que está à frente. Daí que os conceitos sejam associados tanto à ideia de “crença” quanto à de “finalidade”. Parafraseando Colapietro (2004, p. 23): “Nossas crenças, entendidas como uma espécie de hábitos, são o que nós seguimos”. No primeiro sentido do termo a expressão significa “aquilo em que nós confiamos [...] [e no segundo] continuar na direção em que temos nos movimentado, ou mudar para uma nova direção, depois de ter estagnado de algum modo”.

Cabe citar, neste ponto, que Peirce (CP 1.574, trad. minha, grifo do original) distingue entre o que seria uma mera ação e aquela ação inserida em uma linha de conduta deliberada:

Toda ação tem um motivo; mas um ideal pertence apenas a uma linha [de] conduta deliberada. Dizer que a conduta é deliberada implica que cada ação, ou cada ação importante, é revisada pelo autor e que seu julgamento irá considerar se ele deseja que sua conduta futura seja assim ou não. Seu ideal é o tipo de conduta que o atrai na revisão. Sua autocrítica é seguida de uma resolução mais ou menos consciente que, por sua vez, irá excitar a determinação de seu hábito e irá [...] *modificar* uma ação futura [...] o ideal deve ser um hábito de sentir que terá crescido sob a influência de um curso de autocríticas e de heterocríticas [...].

Sob esse pano de fundo, propomos ler o trecho a seguir, de Venturi (1995, p. XXIII), como uma argumentação sobre uma relação com a arquitetura que vai ao encontro do que Peirce chamou de conduta deliberada. No prefácio da obra *Complexidade e contradição em arquitetura* ele escreve:

Este livro é uma tentativa de crítica arquitetônica e uma justificação – uma explicação indiretamente de minha obra. Porque sou um arquiteto que exerce a profissão, minhas ideias sobre arquitetura são, inevitavelmente, um subproduto da crítica que acompanha o trabalho e que é, como disse T. S. Eliot, de “capital importância... na própria obra de criação. Na verdade, provavelmente a maior parte do trabalho de joeirar, combinar, construir, expungir, corrigir, testar: todo esse tremendo esforço é tanto crítico quanto criativo. Sustento até que a crítica empregada por um escritor experiente e hábil a respeito de sua própria obra é a mais vital, a mais alta espécie de crítica. Eu

escrevo pois, como um arquiteto que emprega a crítica, mais do que como um crítico que opta pela arquitetura [...].

É quando consideramos as experiências particulares, como no caso das experiências práticas de arquitetos individuais, que melhor se aplicam as noções de autocrítica e de autocorreção. No trecho supracitado de Venturi destacamos que o fato de entender a prática como instância da crítica e o de colocar a própria crítica como um ideal são o que o aproxima do modo como Peirce entende o processo de autocrítica. Com isso ele nem limita a sua postura crítica a uma reflexão puramente abstrata, nem entende a ação como um fim em si, mas um se alimenta do outro como um meio para atingir algo mais geral.

O que o pragmatismo e a semiótica de Peirce propõem não é uma consideração dos conceitos restrita às suas consequências para uma prática localizada no espaço e no tempo. O que Peirce sempre teve em mente e que está no cerne da distinção entre o seu pragmatismo e outros que seguem um viés nominalista (WAAL, 2007, p.131), é aquele tipo de processo que leva à revisão dos próprios ideais que regem a conduta. O que Peirce propõe é um processo em que as autocríticas – cujas origens se pode localizar na dimensão das práticas particulares de arquitetos ou dos usuários da arquitetura, por exemplo – envolvem-se em uma dimensão mais ampla, da heterocrítica, que inclui diferentes sujeitos colaborando mutuamente em uma ampla revisão crítica dos ideais, e não um único indivíduo ou um conjunto limitado deles. Somente assim se poderá falar de mudança de hábito de conduta, na dimensão do coletivo, da linguagem.

Como, então, podemos deliberadamente e ativamente participar da revisão dos conceitos e dos ideais? Certamente não é pelo caminho do abandono dos conceitos diante de uma dúvida que genuinamente se apresente¹⁴, mas, é no mesmo processo de semiose pelo qual “seguimos” nossas crenças que podemos ser levados a modificá-las. Colapietro (2004, p. 24) analisa a esse respeito que a confiabilidade nos signos como nossos guias é constantemente revelada, conforme eles facilitam – ou frustram – “os propósitos que animam e direcionam nossos empenhos”. E, além disso, que a “presença de signos aparece mais dramaticamente quando, baseados neles nós nos perdemos, quando tudo dá errado”. É aí que se instala o “drama da autocorreção”: “Se os signos infalivelmente nos guiassem para a consecução de nosso objetivo, nós nunca nos tornaríamos conscientes da sua presença ou importância”. Daí que a nossa “habilidade em manter uma crença específica frequentemente envolve a mudança dessa crença”.

Colapietro (2004, p. 24) sugere, ainda, que essa função das crenças/hábitos pode ser ampliada e entendida como uma função dos signos em geral:

Apesar das diferenças entre crenças e signos, esses são também algo que seguimos. [...] A atividade de ser guiado por signos, movimentar-nos de acordo com suas sugestões e pressões [...] dá-nos um entendimento sobre o procedimento, que é rudimentar, mas crucial [...]. Está implícita, nesse processo, tanto a história de ter ido

¹⁴ No ensaio A fixação da crença Peirce (2008, P. 35-58) discute a relação entre dúvida e crença. Ver a esse respeito também Ibrí (2015, p. 142-145).

tão longe em algumas determinadas direções, como as possibilidades de continuar ao longo de caminhos novos e ao mesmo tempo familiares. O movimento no presente contém indícios de onde viemos e promessas para onde podemos ir. A reputação da atividade presente advém significativamente da ação prévia e dramaticamente leva em direção a esforços inovadores.

Para a arquitetura, analogamente, envolver-se na crítica dos conceitos não orienta abdicar desses mesmos conceitos, mas colocá-los deliberadamente em prática, conduzindo essa prática, testá-los no projeto, na experiência individual com a arquitetura. Equivale, ainda, a envolver-se na instância do coletivo, na qual está implicado considerar os usos da arquitetura. Promover uma heterocrítica, que deverá confluir para aquilo que Peirce entende por conduta, ou, mais especificamente, *hábitos de conduta*, que são indissociáveis dos nossos conceitos, como bem analisa Ibri (2011, p. 213): “Toda nossa linguagem cognitiva é constituída por conceitos gerais e, estes, de sua vez, à luz do vocabulário realista de Peirce, têm sua condição de possibilidade nos *hábitos de conduta* do objeto”.

Isso implica em reconhecer a alteridade de tudo aquilo que está no campo da prática – o projeto, o edifício, os usos –, a polissemia envolvida em todas as nossas ações e, também, nas relações múltiplas que elas tendem a estabelecer com todo o pano de fundo da linguagem, da cultura e de todo o nosso ambiente. Sob esse pano de fundo, cabe reconhecer, paralelamente à previsibilidade e à forte influência dos conceitos, que eles não podem definir completamente um projeto, por exemplo, antecipá-lo em todos os seus aspectos. Um conceito, na sua generalidade, é um signo que não pode prever todas as qualidades e as singularidades por meio das quais suas réplicas – no caso o projeto – irão existir; é próprio dessa sua generalidade distinguir-se dos demais signos que não apenas são coatuantes, mas necessários para as suas atualizações na existência, já que o geral não pode existir diretamente, apenas por meio das influências que exerce. Em um dos trechos em que Peirce (1977, p. 71) aborda essa questão ele escreve:

Um Símbolo é uma lei ou regularidade do futuro indefinido [...] uma lei necessariamente governa, ou ‘está corporificada em’ individuais, e prescreve algumas de suas qualidades. Consequentemente, um constituinte de um símbolo pode ser um índice, e um outro constituinte pode ser um Ícone.

Essas ações do símbolo, portanto, como o é um projeto de arquitetura, não sendo completamente determinados, devem conter espaços de abertura significativa, de interpretabilidade, que convidam para um diálogo criativo entre ideia e ação. Diálogo equivalente – respeitadas as devidas proporções – também acompanha a relação entre projeto e edifício e, depois, entre edifício e uso, na medida em que os últimos não podem ser totalmente definidos e previstos antes de se materializarem de fato. Respeitada essa alteridade do projeto em relação ao conceito, da edificação em relação ao projeto e do uso em relação à edificação, se poderá ter um genuíno desenvolvimento científico das ideias na arquitetura, fruto de contribuições mútuas,

que afetará em amplitude e profundidade¹⁵ aquelas já instauradas ou, ainda, introduzirá novas.

Considerações finais

Apresentamos as reflexões aqui colocadas como um possível ponto de partida para uma semiótica da arquitetura afinada com o Idealismo Objetivo e com o pragmatismo tal como propostos por Charles S. Peirce. Há muitos outros aspectos relacionados à filosofia e à semiótica peirciana que poderão também ajudar a pensar a arquitetura, os quais não desenvolvemos. Em especial, nós não avançamos para uma exploração do papel dos signos icônico e indicial na semiótica da arquitetura. Também não abordamos os modos de raciocínio e seu papel nos processos de revisão. Ambos os desenvolvimentos poderão ajudar a compreender a variedade de semioses da arquitetura, a que nos referimos aqui e que poderão ser objeto de estudos futuros.

Também, embora tenhamos nos referido a Montaner (2017), cujo texto *Do dígrama às experiências, rumo a uma arquitetura de ação* é uma forte inspiração para tratar da perspectiva pragmatista sobre a arquitetura, não chegamos a explorar sua tríade “diagrama”, “experiência” e “ação”. Há aí, contudo, pontos de afinidade com as tríades peircianas, se entendermos o diagrama como abarcando a instância do projeto, a experiência como respondendo pelos usos dos diferentes sujeitos com a arquitetura, impregnada de subjetividades, e a ação como ultrapassando essa subjetividade e alcançando um tipo de síntese que só a consideração de como a ação se configura no coletivo pode nos proporcionar; no sentido de ação socialmente compartilhada, acordada, fruto de um aprendizado coletivamente construído, que nos termos da filosofia peirciana equivale a *conduta*. Mas, para explorar apropriadamente essas questões cabe estudo mais aprofundado.

Nossa expectativa não foi a de fazer propriamente uma semiótica da arquitetura, mas a de estimular essa semiótica, de propor um caminho que, em certa medida, está ao alcance de todos, porque orienta partir da própria prática, do próprio dia a dia. Orienta tornarmo-nos conscientes dos conceitos que seguimos e, sem deixar de segui-los, agir deliberadamente, colocar nossa prática sob uma condição experimental, tornando nossas ações aptas a participar das decisões futuras e de eventual transformação daquelas mesmas ideias que as originaram. Deste modo, o projeto em relação às concepções do arquiteto, ou o edifício em relação às intencionalidades potencializadas no projeto, participam do diálogo entre generalidade e alteridade, entre o *internamente* e o *externamente*, viabilizando a continuidade da autocrítica e da heterocrítica.

Colapietro (2004)¹⁶ sugere que, dada a frequência com que a filosofia peirciana busca nos tornar conscientes de que podemos estar errados, ou de que podemos ter sido levados a dizer o que não queríamos, permite vê-la como girando em torno do que ele denomina o “drama da autocorreção, ilustrado a todo momento

¹⁵ Sobre a concepção peirciana de amplitude e profundidade dos símbolos ver Nöth e Gurick (2011).

¹⁶ As traduções deste texto são de Sofia I. L. Machado e foram disponibilizadas em 2004 no Banco de Traduções da Cognitio, disponível em <http://www.pucsp.br/pos/filosofia/Pragmatismo/cognitio/artigos_b_traduc/btc51_colapietro.doc>. Acesso em agosto de 2004.

no trabalho de experimentalistas autocríticos, [e que] definiu o contexto em que Peirce explorou principalmente a questão da significação”. Pensar a arquitetura na perspectiva da autocorreção, é importante salientar, embora não tenhamos feito reflexões explorando particularmente essa questão, não significa conduzi-la rumo a uma nova linguagem universal, nem nos parece ser coerente com o pensamento científico pensar assim, pois o que se está propondo é uma renovação constante dos diálogos com as diferentes realidades.

Por fim, outra questão que não exploramos é a relação entre estética, ética e lógica em Peirce, embora se possa dizer que roçamos indiretamente o fio que une essas três ciências. Isso porque o pragmatismo e o processo de revisão das ideias propõem uma estreita relação entre esses campos, já que, parafraseando Santaella e Souza (2018, p. 98): “Para adquirir novos hábitos, é necessário que ocorram modificações em relação à ação do pensamento, da conduta e do sentimento”.

* * *

Referências:

- COLAPIETRO, Vincent. The Routes of Significance. **Cognitio**, São Paulo, v.5, n.1, p. 11-27, jan./jun. 2004. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitiofilosofia/article/view/13206>> Acesso em 2020.
- IBRI, Ivo Assad. Reflections on a Poetic Ground in Peirce’s Philosophy. **Transactions of the Charles S. Peirce Society**, v. 45, n. 3, p. 273-307, 2009.
- _____. Sementes peircianas para uma filosofia da arte. **Cognitio**, São Paulo, v.12, n.2, p. 205-219, jul./dez., 2011. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/cognitiofilosofia/article/view/11603/9896>> Acesso em 2020.
- _____. Semiótica e pragmatismo: interfaces teóricas. **Cognitio**, São Paulo, v.5, n.2, p. 168-179, jul./dez., 2004. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitiofilosofia/article/view/13198>> Acesso em 2020.
- MONTANER, Josep M. **Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura de ação**. Trad. Maria L. de A. L. Paz. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.
- NESBIT, Kate (Org). **Uma nova agenda para a Arquitetura: antologia teórica (1965 – 1995)**. Trad. Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- NÖTH, Winfried. **Panorama da semiótica: de Platão a Peirce**. São Paulo; Annablume, 1995.
- NÖTH, Winfried; GURICK, Amaral. A teoria da informação de Charles S. Peirce. **TECCOGS: Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Inteligência e Design Digital – PUC-SP, edição 5, 2011, p. 4-29. Disponível em <http://www4.pucsp.br/pos/tidd/teccogs/artigos/2011/edicao_5/1-teoria_da_informacao_de_charles_sanders_peirce-winfried_noth-amaral_gurick.pdf>. Acesso em 19/2/2018.

PEIRCE, Charles. S. **Ilustrações da Lógica das Ciências**. Trad. e Intr. Renato Rodrigues Kinouchi. Aparecida, São Paulo: Ideias e Letras, 2008.

_____. **Semiótica**. trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1977.

_____. **The Collected Papers of Charles Sanders Peirce** reproducing Vols. I-VI ed. Charles Hartshorne and Paul Weiss (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-1935), Vols. VII-VIII ed. Arthur W. Burks (same publisher, 1958). PDF. (citado como *CP*, seguido do número do volume e do parágrafo).

SANTAELLA, Lúcia; SOUZA, Aline A. Por uma estética semiótica. In: GHIZZI, E. B. et al. **Sementes de pragmatismo na contemporaneidade**: homenagem a Ivo Assad Ibri. São Paulo: FiloCzar, 2018.

VALERY, Paul. **Introdução ao Método de Leonardo da Vinci**. Trad. de Geraldo Gérson de Souza Ed. Bilíngüe – São Paulo: Ed. 34, 1998.

VENTURI, Robert. **Complexidade e contradição em arquitetura**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

WAAL, Cornelis de. **Sobre Pragmatismo**. Trad. Cassiano Terra Rodrigues. São Paulo: Loyola, 2007.